

Diversidade e luta anticapitalista

Educação inclusiva: a importância das libras para a ensino de alunos surdos e pessoas com deficiência auditiva

Patrícia Cristina de Aragão ¹

Erika Alves Borje

¹ Professora, Universidade da UEPB/ patriciaaragao@servidor.uepb.edu.br
Graduanda, universidade da UEPB/ erika.borje@aluno.uepb.edu.br

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades,
Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Resumo:

A perda total da audição ou a incapacidade de compreender sons é uma deficiência comum na sociedade, seja em idosos, adultos ou crianças. Por isso, é fundamental a inclusão de pessoas com surdez no sistema de ensino. Este artigo tem foca promover uma discussão sobre as escolas inclusivas para surdos, utilizando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua, além de citar o SignWriting para possibilitar uma educação transformadora. Também será feita uma reflexão sobre o impacto das leis que, ao longo dos anos, permitiram a inclusão desses alunos e de outros com deficiências no âmbito escolar no Brasil.

Palavras-chave: surdez, inclusão, educação, libras e SignWriting.

Abstract:

Total hearing loss or the inability to understand sounds is a common disability in society, whether in the elderly, adults or children. Therefore, the inclusion of people with deafness in the education system is essential. This article focuses on promoting a discussion about inclusive schools for the deaf, using Brazilian Sign Language (LIBRAS) as the first language, in addition to mentioning SignWriting to enable transformative education. A reflection will also be made on the impact of the laws that, over the years, have allowed the inclusion of these students and others with disabilities in schools in Brazil.

Keywords: deafness, inclusion, education, Libras and SignWriting.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

1- INTRODUÇÃO:

Estamos acostumados a pensar no surdo e em pessoas com outras deficiências apenas na visão clínica médica que diz respeito à capacidade ou não de escutar. Porém, a surdez ultrapassa as características da deficiência física e se torna um aspecto da Cultura de um determinado grupo social a partir do aprendizado de uma língua em comum, a cultura surda.

A Libras se tornou um símbolo cultural importantíssimo para o desenvolvimento social desses indivíduos, por isso, a privação dessa língua causa neles um isolamento, uma vez que o ser humano, como indivíduo social, necessita utilizar formas de comunicação para se socializar no meio de um grupo. Esta não é apenas uma forma de comunicação, mas também um meio de resistência numa educação pautada em características que querem adequar os alunos surdos ao mundo dos ouvintes. Ela se torna de suma importância no ensino como parte fundamental de uma escola inclusiva para surdos.

Pessoas com surdez sempre estiveram presentes na história, ainda que sua imagem fosse apagada, existiram e resistiram em diversas sociedades pelo mundo. Mesmo que nem sempre tivessem a visibilidade que têm hoje, ainda eram encontrados, sejam venerados como agentes diretos dos deuses no Egito antigo, sacrificados na China, ou caçados e mortos e privados de direitos civis como o testamento e até casar, uma vez que não eram considerados humanos pelos gregos e romanos (TV INES,2018)

Aristóteles, um dos grandes sociólogos gregos, acreditava que, como os surdos não podiam falar, eles não tinham linguagem, o que para ele significava que não poderiam pensar. Foi assim que nasceu o termo “surdo-mudo”, comumente utilizado no passado, que induziu o pensamento de que pessoas com deficiência auditiva ou surdez não têm capacidade de se comunicar.

No entanto, este é um pensamento errôneo, pois é muito difícil que uma pessoa surda também seja muda, mesmo que existam alguns casos, a maioria dos surdos

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

podem desenvolver a fala a partir do acompanhamento com um fonoaudiólogo, para que eles consigam se expressar utilizando a língua oral.

No entanto, é notável que existam desafios de aprendizado, uma vez que o surdo aprende a pronunciar as palavras a partir da visão que ele tem da boca para pronunciá-las. Por isso, muitos surdos que aprendem a língua oral não pronunciam corretamente as palavras, pois jamais escutaram o som delas, apenas estão reproduzindo a visão do movimento da boca para conseguir falar.

A situação desses indivíduos só começou a melhorar a partir do século XVI, quando os nobres que possuíam filhos surdos, devido a falta de troca de genes nos casamentos consanguíneos, sentiram a necessidade de criar leis que viabilizassem uma educação para (Tv INES, 2008) O medo de que suas futuras gerações ficassem sem herança foi o que motivou esses nobres. Foi a partir desses processos que se tornou possível o desenvolvimento de uma educação totalmente voltada para os surdos, mesmo que, inicialmente, focasse apenas na oralização desses indivíduos.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA SURDEZ

Como foi descrito anteriormente, os surdos ou pessoas com deficiência auditiva sempre estiveram presentes na história. Mesmo com as constantes perseguições e as dificuldades de viver em um mundo que não possui aparatos para contribuir com seu desenvolvimento como cidadãos, os surdos poderão, cada vez mais, conquistar seus espaços na sociedade e, sobretudo, na educação.

Foi a partir do monge espanhol Pedro Ponce de León que começou o processo de ensino de surdos. Ele foi considerado o primeiro professor de surdos. Tinha como principal objetivo ensinar os surdos a falar e desenvolveu o alfabeto manual e alguns sinais que eram inspirados nos gestos utilizados pelos monges pois considerava que a educação para surdos era importantíssima para ganhar almas para a Igreja Católica Cristã Apostólica Romana . Logo depois, Juan Pablo Bonet, um padre espanhol, em 1620 publicou o primeiro livro sobre educação para surdos e mudos que trazia um diferencial: o livro apresentava um alfabeto totalmente

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades,
Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

visual, destacando a importância desse espaço visual para o aprendizado dos surdos (TV INES,2018)

No entanto, foi apenas no século XIX, com o abade francês Charles-Michel de l'Épée, que a língua de sinais foi impulsionada, uma vez que ele foi o primeiro educador a reconhecer que os surdos tinham uma língua própria e a desenvolver métodos para educá-los (Silva, 2024)

Em 1814, Thomas Gallaudet, um educador estadunidense pioneiro no que se diz respeito à educação para surdos, decidiu dedicar-se ao ensino de surdos e se propôs a viajar por diversos países estudando novas formas de ensinar e métodos. Isso levou seu filho, Eduardo Gallaudet, a se tornar uma figura importante no ensino para surdos dos Estados Unidos e a fundar um instituto na Universidade de Gallaudet para surdos (Strobel, 2008. Pg 2)

No Brasil, a língua de sinais veio a se desenvolver por conta de Dom Pedro II, que tinha um neto surdo. Ele convidou o Professor francês Ernest Huet e passou então a dar aulas para os surdos. Ele era adepto do método de Charles Michel de l'Épée e teve grande importância na fundação do “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos” no ano de 1857, o qual é o atual “Instituto Nacional de Educação de Surdos” (INES) (Pereira,2022). A criação dessa escola ficou registrada na Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857.

Em seu texto Lucimar Pereira, em sua obra publicada em 2022, discute sobre a legislação referente a criação da escola/instituto para a educação de surdos no Brasil utilizando uma citação de Ana Rímoli de Faria Doria, em sua obra publicada em 1958:

Quando a Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857, denominou-o ‘Imperial Instituto de Surdos-Mudos’ [...], o Artigo 19 do Decreto nº 6.892, de 19 de março de 1908 mandava considerar-se o dia 26 de setembro como a data de fundação do Instituto, o que foi ratificado pelos posteriores regulamentos, todos eles aprovados por decretos. Inclusive o Regimento de 1949, baixado pelo Decreto nº 26.974, de 28 de julho de 1949 e o atual, aprovado pelo Decreto nº 38.738, de 30 de janeiro de 1956 (D. O. de 31 de janeiro de 1956), referindo à denominação de ‘Instituto Nacional de Surdos-Mudos’ [...] Tal instituição viu seu nome modificado recentemente pela Lei nº 3.198,

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

de 6 de julho de 1957 (publ. no D. O. de 8 de julho de 1957), para 'Instituto Nacional de Educação de Surdos' [...] (Doria, apud 1958/Pereira, 2022).

Esta foi uma das primeiras leis no Brasil que assegurava a educação das pessoas surdas, mesmo que apenas os homens tivessem direito de frequentar o Instituto. Isso se mostrou um grande avanço para a história dos surdos no Brasil. Houve diversas discussões para tentar chegar a um consenso sobre qual era o melhor tipo de educação para as pessoas surdas, seja ela focada na educação oralizada. Depois de tantas conquistas em 1878 durante do I congresso internacional de surdos-mudos de Paris ficou instituído que a maior maneira da educação para os surdos seria a leitura labial (Skliar, 2010, p. 16-17). O que foi um retrocesso enorme para as conquistas até então dessa comunidade, no segundo congresso de Milão houve uma votação e foi decidido que a oralização seria o melhor método para o ensino de pessoas surdas:

ainda que seja uma tradição mencionar seu caráter decisivo, o Congresso de Milão, de 1880 – onde os diretores das escolas para surdos mais renomadas da Europa propuseram acabar com o gestualismo e dar espaço à palavra pura e viva, à palavra falada – não foi a primeira oportunidade em que se decidiram políticas e práticas similares. [...] Apesar de algumas oposições, individuais e isoladas, o referido congresso constituiu não o começo do ouvintismo e do oralismo, mas sua legitimação oficial [...] o ouvintismo, ou o oralismo, não pode ser pensado somente como um conjunto de ideias e práticas simplesmente destinadas a fazer com que os surdos falem e sejam como os ouvintes. Convivem dentro dessas ideias outros pressupostos: os filosóficos - o oral como abstração, o gestual como sinônimo de obscuridade do pensamento; os religiosos – a importância da confissão oral, e os políticos – a necessidade da abolição dos dialetos, já dominantes no século XVIII e XIX (Skliar, 2010, p. 16-17).

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Este congresso foi palco de grandes debates sobre como seria o futuro dos cidadãos surdos, sobretudo sobre como seriam ensinados a partir de então. Eles passaram a ser proibidos de utilizar a língua de sinais e obrigados a falar oralmente para se adaptar à vivência nas comunidades ouvintes. Este foi um movimento, sobretudo, de repressão à identidade surda que já havia se formado, gerando uma série de preconceitos sobre a língua de sinais e um retrocesso em toda a dinâmica de ensino e estudo com a língua de sinais.

A EDUCAÇÃO DOS SURDOS E SUA INCLUSÃO

Muitos estudiosos defenderam a ideia de que o surdo estaria melhor aprendendo a falar para se adequar às normas e aos padrões da sociedade ouvinte, para que assim pudesse ser incluído de uma maneira mais ampla. No entanto, não foi levado em consideração que as pessoas surdas têm a sua forma de se comunicar, já possuem uma língua e que esta contempla todas as suas necessidades no âmbito social “uma filosofia que requer a incorporação de modelos auditivos, manuais e orais para assegurar a comunicação eficaz entre as pessoas com surdez” (POKER, 2007, p.06).

Nesse modelo de ensino, o surdo estaria apenas imitando a forma de falar e os jeitos das pessoas, o que acabaria por afastá-los cada vez mais de sua própria cultura surda e, conseqüentemente, extingui-la. No dia 24 de abril de 2002, a Lei nº 10.436, o governo brasileiro, reconheceu a Libras como meio legal de comunicação, consolidando-se cada vez mais no país e abrindo espaço para a criação de novas leis que contribuam para a inclusão desses indivíduos.

Vale salientar que existem diversas línguas de sinais específicas para cada país ao redor do mundo, com suas várias variações. No Brasil, a libras também possui variações regionais que permitem que essas línguas sejam cada vez mais únicas.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

SIGNWRITING COMO COMPLEMENTO PARA O ENSINO DE SURDOS

A língua de sinais, como já foi descrito, teve um longo processo para se tornar parte legal da vivência dos alunos com surdez. Ela é parte indispensável do ensino para surdos, por isso é indispensável que haja nessas escolas intérpretes ou professores bilíngues que possam articular sua fala tanto em Libras quanto em português.

No que se diz respeito ao ensino bilíngue, a Libras forma todo o campo visual dos alunos e os ajuda a compreender o português escrito, o que é uma das grandes dificuldades do alunado surdo, pois há uma falta de associação da palavra, de sua representação imagética e do som que ela deve ter. Por isso, muitas outras perspectivas estão sendo criadas, como é o caso do “SignWriting”, que, de maneira mais simples, é a escrita de sinais (Carneiro, 2017, pg. 11)

O sistema de escrita de sinais, ou SignWriting, foi criado em 1974 por Valerie Sutton, que liderava o Deaf Action Committee (DAC), uma organização sem fins lucrativos dos Estados Unidos. Valerie criou o sistema com o objetivo de representar passos de dança, como o balé, chamando-o de DanceWriting (CARNEIRO, 2017, p.10). Confira conforme a figura 1.

Figura 1: Dance Writing



Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Fonte: sutton([2007?],on-line).

Como toda língua tem sua própria gramática e escrita, a Libras também possui seu próprio sistema de escrita, no qual utiliza representações das palmas das mãos, braços, feições faciais, que são muito relevantes na Libras, além da gesticulação e quantidade de toques, entre outros, conforme mostrado na Figura 2.

Figura 2- Primeira sinais em SignWriting



Fonte: sutton([2007?],on-line).

Algumas pessoas com interesse na área da escrita de sinais passaram a desenvolver estudos sobre o SignWriting, sendo uma ferramenta pouco a pouco explorada em algumas escolas de ensino próprio para surdos, tornando-se até mesmo matéria obrigatória para o curso de letras-libras da UFSC. Isso se torna uma das saídas para ajudar a superar os déficits dos alunos surdos com a língua portuguesa, além de ser uma forma de vivenciar a Libras como uma língua completa, que possui regras de gramática e escrita que devem ser obedecidas.

O SignWriting se desenvolve na perspectiva de quem está escrevendo e os desenhos são uma forma de representar os sinais em libras em sua modalidade do espaço visual, ajudando não só no aprendizado do português, mas também no entendimento e na difusão da própria língua de sinais(Carneiro,2017,pg12).

Estas figuras representam parâmetros que demonstram mais uma forma de registro da libras, vale ressaltar que o modelo que foi criado Valerie Sutton não é uma regra

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

imposta a todas as línguas visuais, mas serve como base para o desenvolvimento de sinais escritos, isso faz com que as diferentes línguas de sinais pelo mundo não tenham as mesmas representações

Essa modalidade de escrita chegou ao Brasil em 1996, a partir de um esforço da PUC do Rio Grande do Sul, sendo desenvolvido pelo pesquisador Antônio Carlos da Rocha, o que ajudou a impulsionar pesquisas na área da escrita de sinais e da libras. Uma das primeiras obras na escrita de sinais no Brasil foi “Uma menina chamada Kauna” escrita pela pedagoga surda Karin Strobel, está é tantas outras histórias serviram para desenvolver um novo modelo de aprendizado da libras favorecendo o interesse de alunos pela leitura e pela escrita (Stumpf, 2001, pg 396).

A educação é um direito fundamental de todos e que este deve ser um espaço de transformação, prezando por incluir os mais diferentes tipos de alunos e suas necessidades básicas. No que se diz respeito à inclusão de pessoas surdas no âmbito escolar, há uma grande falha pela falta de educadores qualificados e de ambientes adequados para acolhê-los. Isso torna a discussão sobre uma educação inclusiva para surdos no Brasil de suma importância e atual.

Quando nos deparamos com a palavra “deficiência”, já pensamos em uma vasta idealização feita por uma sociedade capitalista que institui o que são sujeitos úteis e os que não são, num aspecto totalmente capacitista e que preza pelos modelos capitalistas (DINIZ 2007 p.23). Levando essa ideia para o âmbito social, o deficiente não se torna deficiente apenas por uma questão física, como é descrito em laudos médicos, mas pela experiência de desamparo dos órgãos públicos que não promovem espaços acessíveis e inclusivos que os tornem independentes de suas restrições, uma vez que a sociedade que produz a vivência da deficiência.

Essas perspectivas de sentir-se com deficiência estão intrinsecamente ligadas aos mais diversos tipos de marcadores sociais, como a classe social em que o indivíduo se encontra, o seu gênero e sua orientação sexual, sua raça, o lugar onde vive e o tipo de deficiência que cada um possui. Isso torna as formas de opressão desses indivíduos únicas e diferentes, pois dependem de inúmeros fatores.

Quando a educação se tornou um direito fundamental obrigatório e gratuito para todos os cidadãos brasileiros em 1988, um ano após houve a criação de uma nova

lei que passou a incluir pessoas com deficiência no decreto nº3.298. A educação especial, como uma modalidade educativa, passou a abranger escolas públicas e particulares, sendo a educação especial obrigatória e inclusiva (Brasil, 1988).

Mais tarde, o direito à educação inclusiva foi rearticulado com o decreto de lei nº 10.502 (Brasil, 2020), trazendo a inclusão dos estudantes com necessidades especiais para dentro da sala de aula. Uma vez que, mesmo estando matriculados no ensino, muitas vezes esses alunos eram separados dos demais. Como desenvolve a autora Marcicleide Araújo "E no atual contexto em que vivemos, incluir uma pessoa surda no espaço regular de ensino, por exemplo, significa muitas vezes excluí-la, já que as medidas adotadas para permitir essa inclusão têm causado efeitos contrários" (ARAÚJO, 2015, p.17).

Este tipo de ensino contribui ainda mais para ideias de capacitismo e separatismo, uma vez que o aluno com deficiência não se sentirá parte do resto do alunato, trazendo um sentimento cada vez mais persistente de diferença como algo ruim, isolando-os gradativamente em bolhas onde a deficiência é a única característica que os define autor e ano da informação.

Em 2001, com o decreto de lei nº 3.956 institui a erradicação de qualquer discriminação contra pessoas portadoras de deficiência, durante a convenção da Guatemala, este decreto favoreceu a estas conseguirem direitos que a elas antes lhe eram negados, e promovendo uma maior igualdade independente das diferenças. Como foi promulgado na lei de nº 14.146 do ano 2015:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
(Brasil, 2015, pg. 3)

A legislação brasileira estabelece vários critérios que prezam em promover a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência, seja por meio de rampas e elevadores para pessoas com problemas em se locomover; livros e outros materiais didáticos escritos em braile, além de vídeos com áudio descrição para pessoas cegas; cuidadores para estudantes com necessidades especiais; e intérpretes de Libras, incluindo essa língua como matéria obrigatória em cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia, além de enfatizar o ensino bilíngue, sendo a Libras a primeira e o português escrito a segunda (Brasil, 2005).

Essas leis foram importantes, sobretudo, para incluir a Libras nas escolas, sejam elas próprias para surdos ou as que se dizem inclusivas, o Estado precisa garantir uma educação que reforce o aprendizado contínuo dos alunos independentemente da deficiência que este possui, é fundamental que as novas legislações que garantem o cumprimento dos requisitos básicos de um sistema educacional inclusivo, já que viver em uma sociedade projetada apenas para quem pode ouvir e o maior desafio.

Outro impasse que pode complicar ou desmotivar o surdo no aprendizado dos alunos surdos é a família. Como centro emocional de qualquer indivíduo, é fundamental que os pais ou responsáveis estejam presentes nesse processo de adequação dos surdos nas escolas. É necessário a identificação do problema auditivo desde a infância evitando problemas causados pela falta de compreensão ou dificuldade de aprendizado.

Existe um estranhamento em ter um filho surdo, já que a maioria dos pais de surdos são ouvintes, e o diagnóstico de surdez pode abalar de diversas formas os indivíduos familiares, a comunicação sobretudo é o que mais diverge, ter que se adaptar a isso é realmente complicado pela falta de referências sobre como criar uma criança e conviver com a surdez.

Isso muitas vezes os leva a preferir educá-los a partir de uma educação para os ouvintes, para que não sejam taxados de “diferentes” ou “deficientes”. No entanto, é importante que essas crianças aprendam desde o início de suas vidas a se comunicar em Libras, pois ser surdo está muito mais relacionado a uma questão

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

cultural do que a uma questão biológica.

Os pais ou responsáveis também precisam estar atentos às escolas e analisá-las para saber se são realmente inclusivas. Devem verificar se as escolas possuem intérpretes de Libras e se oferecem ensino focado na vertente bilíngue, priorizando o ensino de Libras em primeiro lugar e o português em segundo. A adequação da escola para com o aluno, de forma que ele se sinta acolhido no ambiente estudantil, é relevante para melhorar o bem-estar desses alunos.

O apoio dos familiares é parte fundamental para a vivência dos alunos e o seu desenvolvimento na escola. A inclusão deve primeiro partir da família para conseguir adentrar em locais como o ensino e a sociedade. O aprendizado da língua de sinais não só do surdo, mas também do ciclo familiar permite formar uma melhor qualidade de vida desses indivíduos sem excluí-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se salientar que é a escola que precisa se adaptar aos alunos, o corpo docente deve estar centrado em construir um ensino que possibilite a inclusão dos alunos para que assim esses indivíduos possam ter suas necessidades de aprendizado atendidas e não sejam simplesmente “jogados” em um contexto educacional que aparenta entregá-los, mas que na realidade não demonstra qualquer ânimo para percebê-los como seres ativos dentro e fora da sala de aula, capazes de demonstrar seus conhecimentos a partir de suas vivências.

E claro que a educação para surdos se torna ainda mais desafiadora para os professores, que necessitam rever seus métodos de ensino para conseguir contemplar tais alunos. Por isso, se faz preciso integrar alguns outros meios para o ensino, como as tecnologias, como elementos didáticos auxiliares. Além disso, é necessário o desenvolvimento de mais pesquisas que ajudem a construir livros escolares adaptáveis para o mundo surdo.

Os pais e/ou responsáveis de alunos surdos, sendo estes na maioria dos casos ouvintes, também têm um papel fundamental para o desenvolvimento dessas pessoas, uma vez que são responsáveis por introduzi-los, ou não, à língua de

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades,
Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

sinais. Além disso, podem aprender a língua dos filhos para diminuir o estranhamento que ocorre no aprendizado do surdo com a língua de sinais.

É necessário ressaltar que o acesso ao ensino superior de pessoas surdas ou deficientes auditivos ainda é muito restrito pela falta de incorporação dessas pessoas nos diversos cursos, o que se torna um problema, uma vez que são levados a pensar, pela sociedade e pelas suas próprias experiências, que não se adaptaram ao ensino das faculdades ou se sentem obrigados a começar a trabalhar durante ou no final do período dos estudos.

Além de se sentirem desencorajados a procurá-los, já que quando estes terminam o ensino médio, mesmo que estejam familiarizados com o português, ainda assim existe um sentimento de separação, do “nós” e do “eles”, por conta de que pouquíssimas pessoas vão conseguir entender o que estão falando em Libras durante seus estudos.

Por esse motivo, é de suma importância o estudo e a inclusão das Libras nas escolas e também de forma mais duradoura nas universidades. Por fim, é de suma importância que leis de inclusão continuem ativas, frisando sempre uma educação pautada na Libras para os alunos com surdez. É claro que ainda existem muitos problemas com a educação inclusiva principalmente no que se diz respeito na adaptação dos professores e alunato geral e dos alunos com necessidades especiais, dessa forma, pode-se pensar em uma educação inclusiva que compreenda a necessidade de alunos com deficiência auditiva, oferecendo-lhes uma formação dos preceitos básicos e superiores do ensino.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Marcicleide da Silva. A inclusão escolar de alunos surdos na ótica dos professores [manuscrito]: um estudo em uma escola municipal de Campina Grande-PB/Maricleide da Silva Araújo. - 2015.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. acesso em: 11 de jul. 2024

CARNEIRO, Fernando Henrique Fogaça Escrita da Língua de Sinais: elementos introdutórios / Fernando Henrique Fogaça Carneiro. 1. ed. - Porto Alegre : UFRGS, 2017. 58 p.: il.

COSTA, Laureane Marília de Lima. Estudos da deficiência na educação: anticapacitismo, interseccionalidade e ética do cuidado / Organizadoras: Solange Cristina da Silva, Rose Clér Estivaleta Beche e Laureane Marília de Lima Costa. - Florianópolis: UDESC, 2022.

PEREIRA JUNIOR, Lucimar da Silva. Educação de surdos no Brasil: atendimento educacional especializado para pessoas com surdez na Educação Escolar Indígena. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 22, nº 31, 23 de agosto de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/31/educacao-de-surdos-no-brasil-atendimento-educacional-especializado-para-pessoas-com-surdez-na-educacao-escolar-indigena>. Acesso em 07 de jul. 2024

POKER, Rosimar Bartolini. Abordagens de ensino na educação da pessoa com surdez. Modulo teórico: UNESP, 2007.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

SILVA, Daniel Neves. Língua Brasileira de Sinais (Libras). Mundo educação UOL 2024, disponível em [:https://mundoeducacao.uol.com.br/educacao/lingua-brasileira-de-sinais-libras.htm](https://mundoeducacao.uol.com.br/educacao/lingua-brasileira-de-sinais-libras.htm). Acesso em : 12 de jul 2024.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando anormalidade. In: _____. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010. p. 7-32.

STUMPF, Marianne. A inquisição da escrita da língua de sinais. Porto Alegre: PUCRS, 2001

STROBEL, karim. História da Educação dos surdos. coleção libras - eixo de formação específica -UFSC 2008.

TV INES, A vida em libras- história do surdo, 2018, 1 video (14 mim) disponível em: <https://youtu.be/97f2KhahLGM?si=zLdziNZkTMZsns6c>. Acesso em: 5 de Jul. 2024.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná